



# Câmara Municipal de Pradópolis

## ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.P. 26/SET/2017 16:31 000005784

### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Parecer** ao Projeto de Lei Complementar nº 018, de 12 de setembro de 2017, do Poder Executivo, que institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Pradópolis – REFIS-2017, e dá outras providências.

#### I – Relatório

O Prefeito Municipal, Silvio Martins, propõe sejam concedidos descontos de multas e juros incidentes sobre os tributos municipais aos contribuintes do Município, através do Programa de Recuperação Fiscal no Município de Pradópolis – REFIS-2017, como forma de recuperação e saneamento das finanças dos contribuintes e do próprio Município.

Segundo a mensagem do projeto, o REFIS municipal não caracterizaria renúncia fiscal, uma vez que o valor do imposto seria preservado em face da atualização monetária e, assim, o seu impacto na receita tributária não comprometeria o alcance das metas estabelecidas para arrecadação.

Além disso, o programa oportunizaria a muitos contribuintes a quitação de seus débitos junto à Fazenda Pública Municipal no contexto atual de crise econômica.

A mensagem ainda apresenta estimativa do impacto orçamentário-financeiro da implantação do REFIS municipal; previsão de receita sobre a dívida ativa total com incentivos; e a previsão de receita sobre juros, multas da dívida ativa com os incentivos.

A mensagem do projeto foi lida no expediente da sessão ordinária do dia 13 de setembro de 2017.

Em 15 de setembro de 2017, a Procuradoria Jurídica Legislativa desta Casa emitiu parecer jurídico sobre o projeto em apreço, opinando por sua ilegalidade.

#### II – Análise

Primeiramente, não se verifica qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade formal no projeto, uma vez observadas as disposições dos artigos 36 e 37, IV, da Lei Orgânica do Município, e do artigo 61, §1º, II, “b”, da Constituição Federal de 1988, no que tange à iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal para leis que disponham sobre matéria tributária e que eventualmente repercutam no orçamento municipal.

Ressalta-se que a competência legislativa sobre direito tributário concorre à União, aos Estados-membros e ao Distrito Federal, competindo à primeira estabelecer normas gerais, nos termos do artigo 24, I e §1º, da Constituição Federal. Aos Municípios, todavia, compete legislar sobre assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual apenas no que couber, conforme artigo 30, I e II, da referida Constituição.

Nesse sentido, quanto ao mérito, observa-se que o projeto em apreço pretende instituir programa de recuperação fiscal no âmbito do Município, a fim de oportunizar aos contribuintes a quitação de seus débitos junto à Fazenda Pública Municipal e, concomitantemente, promover o saneamento das finanças do Município.



# Câmara Municipal de Pradópolis

## ESTADO DE SÃO PAULO

Nesse sentido, o programa de recuperação fiscal pretendido proporcionará o aumento da arrecadação do Município e o pagamento dos débitos dos contribuintes junto à Fazenda Pública do Município.

Entretanto, algumas alterações se fazem necessárias no texto legal para que tais objetivos sejam atendidos.

### III – Voto

Em face do exposto, com base na combinação dos artigos 59, §4º e 99, §5º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, e considerando a necessidade de adequação das disposições normativas que instituem o programa de recuperação fiscal municipal, voto pela aprovação do referido projeto de lei com emenda modificativa que promova tais adequações.

Voto, portanto, pela sua aprovação com a emenda modificativa proposta em anexo.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2017.

  
**DANIEL DE SOUZA SILVA**  
Relator

*Pelas conclusões  
Nelson Candido de Souza  
Pela Comissão  
João Luiz de Brito*





# Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

## ANEXO

### **PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017**

Altera dispositivos do Projeto de Lei Complementar nº 018, de 11 de setembro de 2017, de autoria do Poder Executivo Municipal.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pradópolis/SP, nos termos do artigo 36 da Lei Orgânica do Município de Pradópolis e dos artigos 90, VII, e 99, §4º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pradópolis, propõe a seguinte Emenda ao texto legal:

**Art. 1º** Fica suprimido o artigo 8º do Projeto de Lei Complementar nº 018, de 11 de setembro de 2017.

**Art. 2º** O *caput* do artigo 1º do referido Projeto passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal Municipal – REFIS - 2017, destinado a promover a regularização dos créditos de qualquer natureza, sejam de pessoas físicas ou jurídicas, vencidos até 31 de dezembro de 2016, inscritos ou não em dívida ativa, protestados ou não, *parceladas ou não*, ajuizadas ou não as suas cobranças, podendo ser pagos parceladamente mediante a concessão de descontos que incidirão exclusivamente sobre o valor dos juros e das multas, observadas as condições e requisitos desta lei.”

**Art. 3º** O parágrafo único do artigo 4º do referido Projeto passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º** .....

**Parágrafo único.** Para todos os efeitos legais, considera-se desistente do parcelamento o contribuinte que se tornar inadimplente em mais de 120 (cento e vinte) dias, hipótese em que o parcelamento.”



# **Câmara Municipal de Pradópolis**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**Art. 4º** Esta Emenda Modificativa entra em vigor na data de sua publicação.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS**  
De 25 de setembro de 2017.

  
**FABIO PEREIRA DA COSTA**  
Vice-Presidente

  
**DANIEL DE SOUZA SILVA**  
Presidente

  
**NELSON CÂNDIDO DE SOUZA**  
Membro





# Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

## RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

### Parecer da Comissão de Justiça e Redação

Nº 064/2017

A Comissão de Justiça e Redação, em sessão de 26 de setembro de 2017, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 018, de 12 de setembro de 2017, mediante a proposição de emenda modificativa.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores Daniel de Souza Silva, Fabio Pereira da Costa e Nelson Cândido de Souza.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2017.



DANIEL DE SOUZA SILVA

Relator e Presidente da Comissão



FABIO PEREIRA DA COSTA

Vice-Presidente



NELSON CÂNDIDO DE SOUZA

Membro

